

RUMO A UMA NOVA GESTÃO EDUCATIVA *

WALTER ESTEVES GARCIA **

RESUMO

O texto que se apresenta a seguir é a condensação da exposição feita pelo autor na mesa redonda da IV Reunião de Ministros da Educação da América Latina e do Caribe - PROMEDELAC IV*** - ocasião em que foram avaliadas as conquistas e as dificuldades do Projeto Principal de Educação da UNESCO para a América Latina e o Caribe, instrumento de mobilização da região para solucionar as graves questões do analfabetismo e da educação básica até o ano 2.000. Em sua intervenção, Walter Garcia menciona que as questões estruturais econômicas e políticas basicamente, afetam o desempenho do sistema educativo em seu conjunto e os reflexos disso ainda persistirão e poderão até se agravar nos próximos anos. Nesse contexto, a gestão educativa ainda está operando com os instrumentos do passado, dominada pela perplexidade e assistindo à emergência de novos atores no processo educativo, ao surgimento de novos mecanismos de financiamento, etc. A busca de novos patamares, que expressem a realidade da crise na qual América Latina está imersa - e o Brasil de maneira muito especial, porque proporcionalmente é o que tem os números mais alarmantes - implica um amplo esforço de formação de quadros capacitados para operarem num marco de incertezas e dificuldades em contínuo agravamento e tendo como fundamento básico a educação como direito inalienável da cidadania.

Descritores de assunto: Crise Estrutural, educação e cidadania, endividamento externo, formação de quadros, gestão democrática, incorporação de novos atores, modelo de desenvolvimento, público e privado, variáveis políticas e educação.

* Texto elaborado para a mesa redonda - Para as crises atuais, que gestão educativa? realizada dia 29.06.89 na cidade de Guatemala.

** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Brasil.

*** Preparado por OREALC/UNESCO - Oficina Regional de Educação para América Latina e o Caribe, da UNESCO.

ABSTRACT

This text is a summary of Walter Garcia's talk in the opening round table of PROMEDELAC IV - Fourth Meeting of Ministers of Education of Latin America and the Caribbean Islands. At this meeting participants discussed the obstacles and progress surrounding UNESCO's Main Project of Education for Latin America and the Caribbean Islands which has been regarded as a suitable instrument for trying to solve the serious problems involving illiteracy and basic education in the mentioned regions until the year 2000.

In his speech the lecturer ponders that structural problems - basically the economic and the political ones - directly affect the performance of the educational system as a whole and may extend their effects in such a way that they will probably continue influencing education or even become worse to deal with in the future years. In such a context the Educational Management still operates with a past view of facts however it is somehow astonished while it observes the outcome of new 'actors' in the educational process and notices the advent of new ways for finding financial support, etc.

To look for new concepts of Management which express the reality of the crisis in which Latin America is involved with - mainly Brazil because if compared to other countries, it presents the most alarming figures - implies a deep effort for the capacitation of competent cadres to work with uncertainties and difficulties which are becoming worse and worse and which must consider education as the citizen's fundamental and untouchable right.

KEY WORDS: democratic management, education and citizenship, formation of cadres (staff), insertion of new 'actors', model of development, political variables of education, public and private systems, structural crisis.

I. Questões Básicas

Ao iniciar, quero expressar minha satisfação por estar participando desta mesa redonda, numa iniciativa da OREALC/UNESCO, que somente merece elogios. Creio que é da mais alta significação uma reunião do Projeto Principal¹, em que educadores são convocados para debater idéias e buscar caminhos que possam colaborar para a melhoria das condições da educação básica em nosso continente. Esta mesa, para além das conclusões que possa sugerir, é um indicativo de que a UNESCO está interessada em ouvir-nos, em confrontar pontos de vista e assim possibilitar que nos falemos uns aos outros. Por isso, esta nova forma de organizar as reuniões do Projeto Principal, acredito, deve merecer o apoio entusiástico de todos e assim consolidar uma nova forma de conduzir este evento de grande importância para nossos países.

A discussão das questões mais candentes da crise é reveladora de que existe, de fato, um descompasso entre as promessas do passado e as agruras do presente, provocando no setor educativo efeitos que todos conhecemos. O agravamento das questões de evasão, repetência, a configurar uma deterioração nos padrões da qualidade da educação básica, torna mais oportuna a decisão da OREALC de propor esta discussão sobre os parâmetros que devem orientar a gestão educativa para este final de século. No documento que nos foi enviado como subsídio para esta mesa são enfatizadas as questões da demanda, da oferta, do financiamento do Estado e do progresso técnico como importantes e merecedoras de especial atenção. Concorro com o destaque a esses pontos e creio que os esclarecimentos desta Conferência ajudarão em muito a avançar os marcos teóricos a respeito.

Em muitos de nossos países, conquanto se reconheça a gravidade da crise, a partir do enfoque especial que se dá a um outro elemento e que condiciona o tipo de soluções que se propugnam, ainda se procuram medidas de caráter compensatório, que possam recompor um hipotético equilíbrio perdido ao longo do tempo. Essa visão da crise como um descompasso que necessita desequilíbrios periódicos, seja na economia, na educação, na saúde e em outros campos, supõe um modelo de sociedade que funcionaria num processo de harmonia natural, com todos os mecanismos econômicos, sociais e políticos com sua dinâmica própria, equilibrando-se naturalmente no jogo de interesses que permeiam todo o social. Creio que essa visão nunca se materializou na praxis social. A crise é global e o modelo que inspirava, no passado, já não se ajusta à natureza dos problemas de hoje. As questões da dívida externa, a explosão das grandes cidades e o conseqüente vazio demográfico dos campos, a maior consciência dos direitos individuais e sociais, trazem componentes novos para a discussão do tipo de so-

cidade que os países desejam e, por conseqüência, as soluções que se devem buscar a partir de agora.

Ademais destes problemas de natureza mais geral, que estão levando muitos países a questionarem os rumos de seu processo de desenvolvimento, existem questões educativas que interferem vigorosamente para que não tenhamos uma melhor gestão

educativa. No que me diz respeito, tenho escrito sobre isso, analisando a situação do Brasil², onde os aspectos da descontinuidade da administração, a redução do planejamento a simples processo orçamentário, a diminuição da capacidade política do Ministério da Educação por força da desvalorização da imagem dos serviços sociais públicos aos olhos da população são aqueles que merecem hoje discussão prioritária. Por outro lado, creio que temos falhado ao pensar as soluções para a crise educativa.

Para muitos de nós, os remédios da crise residem ainda na adoção de medidas que produziam em outras épocas e em outros contextos os efeitos que todos julgavam adequados. Muitos de nós seguimos pensando, por exemplo, que a ampliação da cobertura educativa se resolve simplesmente construindo mais prédios escolares; às vezes somos tentados a propor aumento de salários como solução para melhorar a qualidade do ensino básico. Em outras ocasiões sugerimos, simplesmente, a ampliação da permanência das crianças na escola como forma de assegurar maior eficácia na atividade educativa. Todas estas medidas, adotadas em muitos países, não são adequadas em sentido absoluto somente porque as identificamos como tais. Ocorre que, aceitas sem uma consideração mais acurada do contexto em que vão operar, por vezes podem trazer frustrações e um desperdício de recursos financeiros, quase sempre escassos.

Em realidade, o setor educativo está ainda fortemente impregnado de uma lógica funcionalista que admite como princípio básico o de que para cada tipo de problema existe uma solução específica. E esta forma de tratamento das questões é a que orienta, habitualmente, a formação de todos quantos trabalhamos nesta área. Nesta visão, a educação é tomada como um bem absoluto, sem considerar as limitações que impedem seu pleno florescimento.

Associada ao modelo político do liberalismo clássico, é confrontada pelos condicionamentos de uma realidade econômica e política altamente desafiadora. Hoje, temos que propor para debate, por mais chocante que possa parecer, a seguinte pergunta: diante da fome, qual o valor e o significado da educação para a população?

Esta interrogação, ao lado de muitas outras, põe a descoberto nossa falta de aparatos técnico-pedagógicos para enfrentamento desta crise, que é fundamentalmente de natureza política. Fica claro, pelo menos para mim, que o modelo atual, de acrescentar soluções para os problemas identificados na realidade de nossos países, tal qual nos acostumamos a examiná-los desde há muito,

¹ PROJETO PRINCIPAL DE EDUCAÇÃO PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE: Representa o compromisso dos países, com a intermediação da UNESCO, de equacionar satisfatoriamente os problemas da educação básica no horizonte do ano 2.000.

² Veja-se a propósito: Crises de la gestion educativa, el caso de Brasil, Cinterplan, Caracas, 1987 e Inovações nos Sistemas estatais de educação la Educacion Revista Interamericana de Desarrollo Educativo OEA, n.103, 1988.

está superado. Temos de criar novas concepções, refletir sobre o que nos está evidenciando a realidade e repensar as visões tradicionais da educação que até hoje vieram fundamentando nossas convicções.

Como contribuição modesta ao grande esforço que vem fazendo a OREALC para ajudar a equacionar os seculares problemas educativos da América Latina e Caribe, apresento a seguir elementos que podem subsidiar um novo enfoque da gestão educativa, adequada ao período de crise que vivemos e que tende a se tornar rotina no horizonte dos próximos 20/30 anos.

II. NOVOS ENFOQUES DA GESTÃO EDUCATIVA

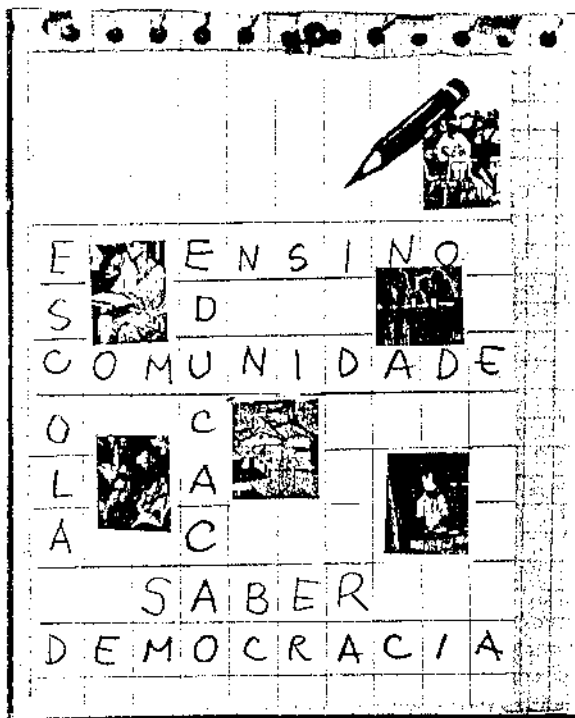
1. Incorporação de novos atores a um novo estilo de gestão, tomando a escola como ponto de referência.

Esta afirmação traz implícita a idéia de que pais, alunos, professores e comunidade em geral têm a ver, substantivamente, com aquilo que ocorre no interior da instituição educativa e por isso devem atuar mais diretamente na condução do processo de gestão. Assim, a concepção de que a escola é algo que diz respeito à vida de cada cidadão ganha corpo e se materializa em processos cada vez mais participativos de administração. No caso brasileiro, onde o princípio da gestão democrática acaba de ser incorporado ao capítulo da Educação na Nova Constituição do País, está muito presente a convicção de que a verdadeira democratização educativa, além de garantir a participação dos principais interessados na escolha dos condutores da escola deverá possibilitar o acesso e a permanência de todos numa escola pública de qualidade. Isto é o que se espera na regulamentação deste princípio, a ser detalhado na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ora em discussão no Congresso Nacional.³

A escolha de dirigentes, sejam eles Reitores de Universidades ou Diretores de Escolas Primárias, começa a abalar o esquema de sustentação do sistema educativo convencional, pouco familiarizado com ações que pressupõem uma convivência cotidiana de personagens que fogem ao esquema professor/aluno/sala de aula.

O surgimento de interesse por uma participação cada vez mais efetiva desses atores na vida da escola está impondo a necessidade de uma gestão democrática do entorno educativo. Ainda no caso brasileiro, o conceito de gestão democrática significa, concretamente, um aporte inovador às tradicionais funções da administração educativa. A escolha direta dos dirigentes, bandeira de luta na defesa intransigente da gestão democrática, há alguns anos atrás, está cedendo lugar a discussões mais amplas, que vinculem a ação da escola ao compromisso de garantir bom nível de ensino para todos. E isto oferece oportunidades para que se iniciem discussões a respeito do currículo, do papel do professor, as formas de participação dos pais na vida escolar, etc. Da mesma forma, questões mais abrangentes como centralização, descentralização, municipalização, entre outras podem ganhar novos enfoques, uma vez que o contexto político/educativo se transforma, pondo em relevo novas formas de articulação institucional.

A ampliação do poder de participação destes novos atores no entorno educativo tem várias motivações em diferentes países, mas o fato comum que identifica a todos é a crise econômica, que transforma o setor num universo de dificuldades para atender às demandas sociais. Em muitos casos, a própria comunidade é capaz de organizar e financiar suas escolas, tal o grau de omissão do poder público. Este processo crescente de mobilização popular em prol da educação está longe de diminuir e tende a se compatibilizar com estruturas descentralizadas, que permitam decisões mais próximas do cotidiano do cidadão. No Brasil essa tendência é visível em muitos lugares e deixa-nos otimistas com suas possibilidades.



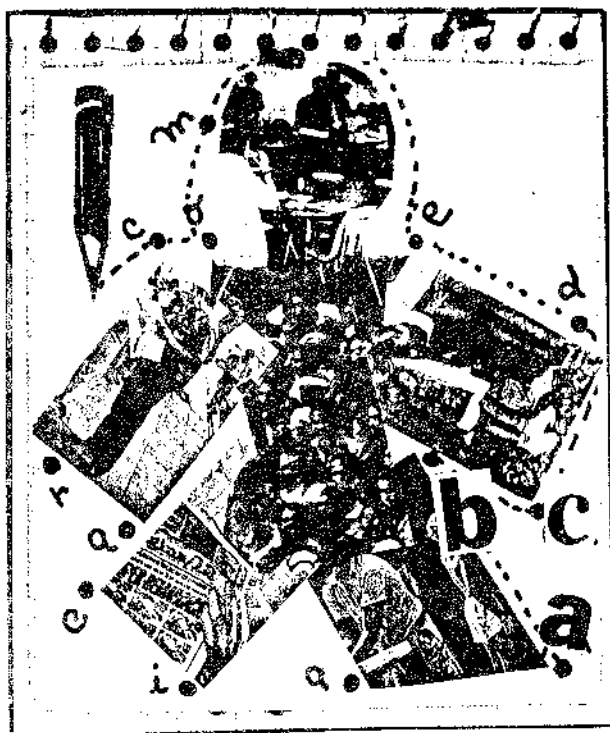
O contra-ponto deste processo de maior participação na gestão educativa é a acentuação de certas tendências corporativas que podem vir a assumir um caráter de reivindicação política universal, caso a sociedade não consiga estabelecer controles mais diretos sobre certos interesses muito específicos. Algumas posições de associações docentes, ao salientarem apenas as suas reivindicações de natureza salarial, esquecendo-se de seus interlocutores naturais - pais/alunos/comunidade - colocam-se dialeticamente em oposição aos postulados de uma ordem democrática e pluralista. A consolidação de posições verdadeiramente democráticas subentende o exercício contínuo do debate e do enfrentamento de posições, o que vai exigir de muitos de nós uma aprendizagem mais efetiva.

³ Aprovada, em nível da Comissão de Educação da Câmara, em julho de 1990.

Em conclusão, poderia mencionar que o processo de maior participação de novos agentes no cenário educativo, com a gestão democrática atuando como princípio orientador das ações a empreender, proporciona aos políticos, professores, associações docentes, pais e outros, a possibilidade de repensar como melhorar, em processo, a educação como um todo. Neste sentido, todos podem ensinar e aprender ao mesmo tempo, porque ninguém, mesmo os especialistas em educação, dispõe de fórmula capaz de garantir pleno êxito àquilo que não se conhece ainda muito bem.

2. Limites e Competências das Instâncias públicas e privadas em Educação.

O fenômeno anteriormente mencionado, ou seja, de uma atuação mais efetiva dos diretamente interessados na educação em sua gestão, muitas vezes com a própria comunidade financiando as escolas que servem a todos indistintamente, está impondo que se discuta em maior profundidade a questão do público e do privado em educação. Essa análise se refere, também, à privatização da educação que, sob distintos rótulos, vem sendo praticada em diferentes países. Nestes casos, pouco importam as razões, em geral todas associadas a uma presumida falência do Estado como provedor de educação para todos e a uma nunca demonstrada maior eficácia da educação privada em confronto com a educação pública.



Em realidade, no bojo da crise econômica se avolumam forças privatizadoras com interesses bastante poderosos.

O que proponho à discussão é o fato incontestável de que a concepção tradicional de poder público, ou seja,

aquela que organiza um sistema de ensino com a contribuição dos cidadãos, através de impostos, está sendo penetrada por outras formas de atuação que estão entre o limite da cidadania e do interesse individual, configurando assim novas aberturas para a consideração do que é público e do que é privado.

Em muitos de nossos países, incluindo-se o Brasil, existe a clara percepção de que o Estado, sob formas de subsidiariedade ou simplesmente repassando recursos sem nenhuma contra-partida, tem adotado políticas de um nítido sentido privatizador. Ainda mais que, por vezes, como também tem sucedido no Brasil, certos aparelhos públicos de educação tiveram um sentido de legitimar e expandir essa influência, configurando um sofisticado mecanismo de apropriação do Estado pelo sistema privado, com motivações econômico-financeiras muito explícitas. Hoje em dia, políticos, líderes de movimentos populares e educadores vinculados aos movimentos de escola pública têm consciência muito clara deste estado de coisas e não mais o aceitam. A mudança qualitativamente importante implica políticas que possam restabelecer a credibilidade da escola pública perante a sociedade em geral.

Ademais desta direção privatizante dos serviços educacionais, que é uma inspiração transplantada dos setores econômicos e que encontra justificativa mais profunda nos próprios mecanismos de recomposição do capitalismo internacional, há outros fenômenos ligados a este, que conviria examinar com maior rigor, sobretudo os ligados a outras formas de financiamento que provêm de áreas não tradicionalmente vinculadas ao setor educativo. A proliferação de um sem-número de associações, entidades filantrópicas, fundações e empresas educacionais tem forçado, no Brasil, a discussão a respeito das entidades de caráter comunitário e filantrópico, que estariam, na linguagem de seus defensores, apoiando a educação sem qualquer interesse que não o de contribuir para o desenvolvimento e a melhoria desta. Na Nova Constituição do País está consagrado em dispositivo que as verbas públicas somente poderão ser repassadas a instituições públicas e àquelas de caráter filantrópico e comunitário, definidas em lei, que teriam então a possibilidade de receber ajuda.

No momento presente, o debate que se faz sobre a nova legislação educacional a respeito deste tema, embora a sua inspiração primeira tenha-se iniciado com o objetivo de convalidar o repasse de fundos públicos a instituições privadas, é importante porque deve esclarecer com maior precisão o que define a natureza das instituições educacionais. Uma das vertentes em discussão prevê que as entidades que receberem fundos públicos devem sujeitar-se ao controle do Estado e oferecer serviços gratuitos na proporção dos recursos que forem doados. Outra linha de argumentação deseja simplesmente que o Estado siga financiando estas instituições assim chamadas, comunitárias e filantrópicas, sem qualquer exigência de contra-partida, baseada simplesmente no princípio de que os recursos financeiros da educação são da sociedade e, portanto, a sua utilização não obriga a outras contra-partidas além das que já se exigem hoje.

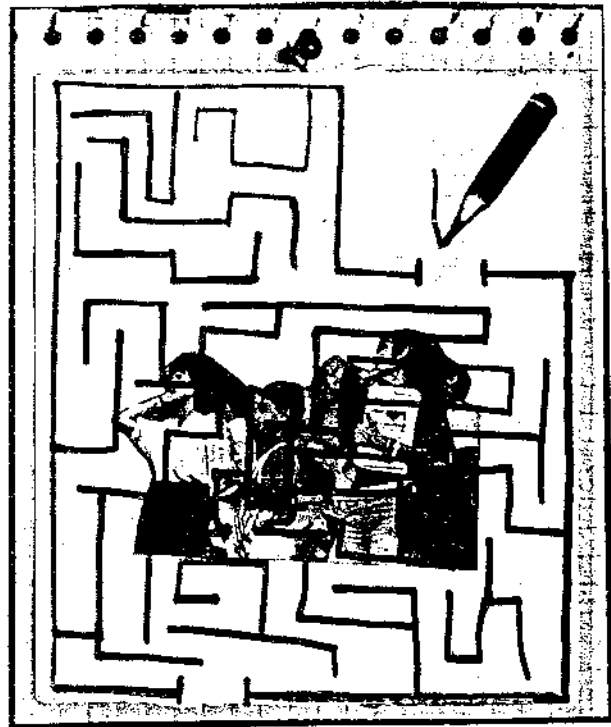
Outra consequência importante do debate a respeito do público e do privado em educação é a de que as empresas educacionais, que floresceram extraordinariamente à custa do não crescimento do sistema educativo público, já admitem claramente, o que não faziam até há pouco tempo, que seu interesse está diretamente relacionado às leis da oferta e da procura. Ou seja, os serviços educativos, para essas organizações, são considerados como algo que o cidadão paga, como faz para qualquer outro tipo de troca econômica. Neste sentido, tem ocorrido a desmitificação do altruísmo imerecido ou da importância dos diplomas e certificados, banalizados pela proliferação indiscriminada de cursos de baixo custo e altos rendimentos para essas organizações empresariais.

Em qualquer situação, o tema que aborda as instituições públicas e privadas na educação torna-se importante à medida que existe, nas nossas sociedades de América Latina e Caribe, um nível de inconformismo bastante pronunciado com respeito à qualidade dos serviços educacionais, e debater as formas de seu financiamento significa introduzir elementos novos que podem, com absoluta certeza, contribuir para redefinir o papel da escola pública, reforçando-a, revalorizando seus compromissos históricos com a construção da vida democrática e, sobretudo, ajudando a desmitificar argumentos falaciosos que têm servido para colocar o Estado a serviço de interesses empresariais da educação. Em conclusão, há um novo conceito de público e um novo conceito de privado, ambos em intensa discussão, a que os educadores devem acostumar-se, até para que possam ir desenvolvendo esquemas interpretativos mais condizentes com essa nova realidade.

3. A afirmação cada vez maior da educação como um direito de cidadania.

O agravamento das condições socioeconômicas, com seus reflexos inevitáveis sobre o setor educativo, está trazendo como antídoto um conjunto de condições que favorecem o estabelecimento de formas de defesa do direito à educação que escapam ao âmbito de atuação dos profissionais desta área. No caso brasileiro este é um fenômeno novo, decorrente da aprovação da Nova Constituição do País. A partir de agora, qualquer cidadão poderá exigir, do Poder Judiciário, medidas contra o administrador, seja Ministro da Educação ou Prefeito Municipal, que deixar de ofertar vagas para crianças em idade de frequentar escolas.

A consideração do direito à educação como um direito público subjetivo, ou seja, passível de ser exigido judicialmente, cria um fato político novo com consequências ainda imprevisíveis em termos de desenvolvimento da política educacional do Brasil. Ao poder escasso dos educadores de reivindicar mais e melhores escolas públicas, pode-se juntar a atuação do Poder Judiciário, se devidamente utilizado para o redirecionamento de políticas e verbas destinadas ao setor educativo. A afirmação retórica das leis sobre um hipotético direito à educação, presente nas constituições e leis educacionais anteriores, a partir de 1988 indica-se um caminho claro para que o discurso efetivamente possa transformar-se em política,



ou seja, de que a igualdade de direitos se materialize em oferta de oportunidades educativas para todos e em instrumentos legais que coajam aqueles que deixam de cumprir essas determinações, para que as executem.

Nesse caso, que creio está muito presente hoje no Brasil, estou defendendo uma ação dos educadores junto aos setores populares - associações de moradores, clubes de mães, etc. - para que se organizem no sentido de cobrar juridicamente escolas públicas para seus filhos. Isto seguramente contribuirá para aumentar a força da sociedade no sentido de redirecionar políticas e alocar fundos, hoje quase totalmente sob a decisão unipessoal de burocratas que pouco se sensibilizam com a gravidade da situação.

Entendo que, na maioria de nossos países, a educação já é uma prioridade da sociedade e se, por vezes, ela não se impõe com a força que seria necessária, isto se deve ao isolamento em que se encontra o setor educativo, frente às outras demandas sociais. Com frequência, o educador, despreparado para manejar situações fora do âmbito escolar, com elevada dose de desconhecimento do que se passa com a dinâmica social mais ampla, deixa-se levar por uma condução equivocada, quando não retrógrada, dos assuntos que são de seu âmbito. A aproximação entre o educador, os setores populares e o entorno educativo seria uma forma de dar maior consistência às demandas educativas, inclusive as de natureza salarial, que têm mobilizado com muita frequência os grêmios docentes.

Dar a contribuição para que se consolide um novo patamar de consideração das questões educativas é um avanço importante que os profissionais da educação podem oferecer neste momento especial em que os hori-

zontes da crise são presentes no cotidiano. A crise, para o setor educativo, manifesta-se com um sentido de impotência deste em impor as aspirações da sociedade aos grupos dirigentes. Assim, num primeiro momento, é de todo conveniente estimular as alianças dos educadores com aqueles grupos que lutam por objetivos semelhantes, redirecionando assim os pleitos educativos no sentido dos direitos de uma cidadania que aspira à plenitude de oportunidades.

III. OS IMPERATIVOS DO FUTURO

Os pontos antes focalizados podem abrir perspectivas de superação dos condicionamentos que hoje afetam a gestão educativa tanto quanto podem contribuir para ampliar as perplexidades e consolidar a impressão alimentada por muitos setores sociais de que os profissionais da educação são pessoas que não conseguem competir com força suficiente junto a outros decisores de políticas sociais.

A perspectiva de prosseguimento da crise econômica, com seus inevitáveis desdobramentos políticos e sociais, indica que algumas ações deveriam materializar-se no sentido de que a entrada do século XXI possa encontrar os planejadores e administradores educacionais melhor instrumentalizados para os desafios que hoje já são bastante marcantes. Assim, ousaria sugerir aqui duas questões finais, que podem auxiliar positivamente na busca de um novo status para a gestão educativa.

1. Retomada de ações de formação de Planejadores e Administradores

A crise econômica que pôs abaixo as esperanças de uma sociedade de abundância na América Latina trouxe, entre outras conseqüências, a sensação de que o planejamento e a administração científica eram instrumentos arcaicos e dispensáveis. Todo um esforço realizado nos anos 60, sobretudo, foi abandonado e no seu lugar nada foi colocado. Ou melhor, a improvisação passou a ocupar o lugar das análises e das projeções, da mesma forma que os poucos quadros técnicos foram sendo marginalizados nas oficinas de planejamento em nome de um novo pragmatismo totalmente descomprometido com horizontes mais amplos da sociedade.

O desafio de recolocar as questões do planejamento e da administração como importantes para a consolidação de novos estilos de gestão encontra seguidores em distintas áreas de atuação. No nível da produção teórica temos hoje, tanto no Brasil quanto em muitos outros países da região, um número crescente de investigadores que buscam reconceituar os marcos que permitam entender as questões educativas no conjunto de outras ações que ocorrem no todo social mais abrangente.

Já quanto às ações concretas, a UNESCO, através da OREALC/REPLAD, - Red Regional para la Capacitación, la innovación y la investigación en los campos de la planificación y la administración de la educación básica y de los programas de alfabetización, acaba de realizar o I Curso de Formação de Formadores em Administração e Planejamento Educacional⁴, corroborando

assim o trabalho de especialistas que se reuniram sistematicamente, ao longo dos últimos três anos. Da mesma forma, os inúmeros seminários e publicações patrocinados pelo CINTERPLAN (OEA), - Centro Interamericano de Estudios e Investigaciones para el Planeamiento de la Educación, vinculado ao Governo da Venezuela e à OEA (Organização dos Estados Americanos) - e também pela UNESCO, trouxeram aportes interessantes ao processo de emergência da administração e do planejamento do limbo pedagógico a que estavam relegados.

Embora sejam importantes as investigações, os estudos teóricos e as ações que buscam concretamente materializar novas posturas que capacitem gestores para uma época de crise, é inegável o valor estratégico que devem desempenhar as Universidades para formar quadros competentes e comprometidos com as exigências do futuro. No caso brasileiro, os programas de pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado são responsáveis pelo preparo de especialistas de alto nível. Pode-se contestar a competência dos profissionais que saem desses cursos e devemos, até mesmo, perguntar se essa formação não estaria mais preocupada em refletir os interesses mais estritos de titulação do que de produção do conhecimento relevante, mas em realidade é na Universidade que poderão ser elaboradas as proposições que consolidem um novo perfil da gestão educativa.

Algumas tendências que podem acentuar o isolamento da Universidade em relação às demandas da sociedade em geral e do sistema educativo - especialmente o de 1º e 2º Graus - devem ser contrabalançadas por ações que levem à inserção do investigador acadêmico em programas de ação junto aos órgãos da administração educativa ou que facilitem intercâmbio de experiências entre os produtores e os consumidores do conhecimento educacional. Há inúmeras iniciativas em curso que animam a pensar em processos cada vez mais articulados entre a sistematização do conhecimento produzido nessas áreas e os gestores do sistema educativo.

2 O manejo da variável política na educação

De tudo que foi dito até o momento, é inevitável a conclusão de que a nova gestão educacional adequada a um tempo de crise está fortemente impregnada de uma conotação política, entendida esta como um conjunto de decisões que dão uma certa conformação aos atos do governo e onde a política de educação está inserida numa proposta que, pelo menos em tese, deve estar em sintonia com as aspirações da sociedade.

⁴ O Primeiro Curso de Formação de Formadores ocorreu, na sua fase presencial - mesmo porque as fases anterior e posterior são desenvolvidas com estudos e leituras pelos participantes em seus países de origem - em Santiago do Chile, no período de 2/5 a 6/6/1989, em regime de dedicação exclusiva. O Brasil teve quatro participantes neste Primeiro Curso, todos vinculados à área de Planejamento Educacional. O Segundo Curso deve ocorrer, na sua fase presencial, em Santiago, em outubro de 1990.

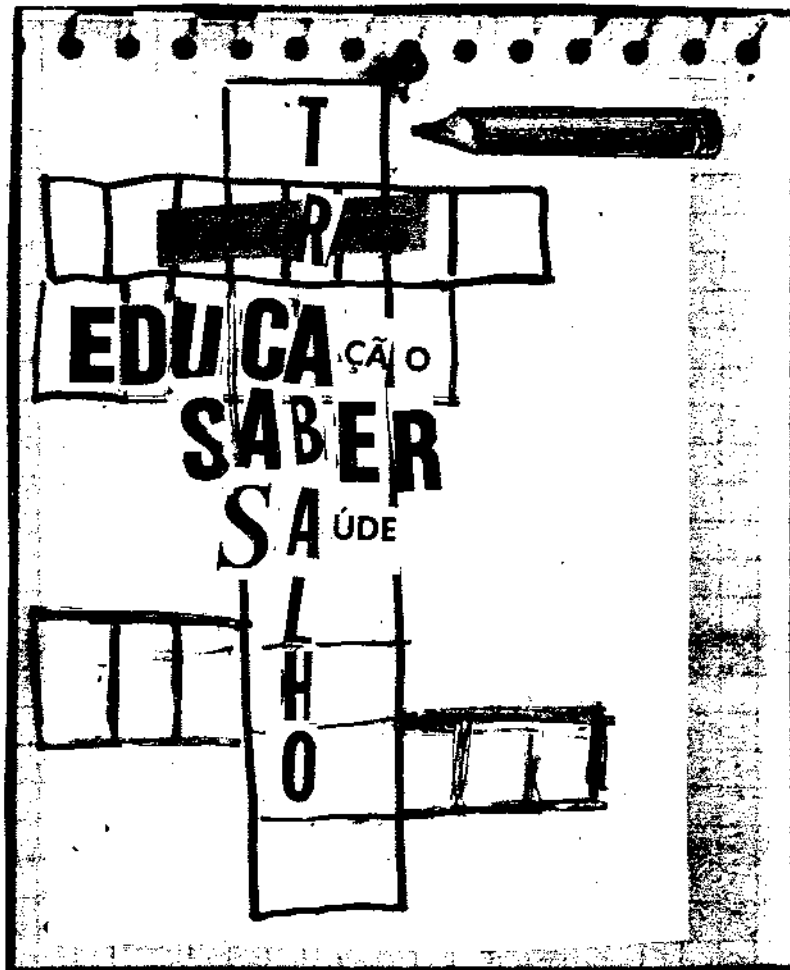
Num primeiro momento, os educadores devem desenvolver competência técnica que os habilite a defender investimentos crescentes, em países onde os sistemas econômicos estão literalmente sufocados pelos encargos cada vez maiores da dívida externa. A experiência tem revelado que a crise da falta de recursos está sendo enfrentada por políticas de privatização dos serviços educativos, aliadas a uma perda generalizada de eficiência dos serviços públicos no setor.

Os educadores, em geral, reconhecem suas limitações na tarefa de convencer políticos e decisores econômicos sobre a importância de investimentos na área educativa. Qualquer mudança de política educacional só expressa seus resultados com maior visibilidade após 15/20 anos. Com situações econômicas tão adversas, em que a luta de combate à inflação só é equiparada ao esforço de negociar vencimento de prazos para pagamentos da dívida externa, fica difícil priorizar a educação como política coerente e permanente por tanto tempo.

Estou convencido de que os novos enfoques de formação técnica de administradores e planejadores, além de garantir maior abertura para questões econômi-

cas e políticas, devem proporcionar condições aos novos gestores para se apossarem de conhecimentos que lhes permitam ter acesso aos mecanismos com que funcionam os orçamentos de educação.

Para muitos de nós, o encaminhamento de questões orçamentárias, que se torna mais complicado quando a gestão ocorre nos níveis centrais, é algo extremamente difícil, e nesse embate, os que conhecem essas técnicas acabam impondo suas orientações, que em geral obedecem à lógica da restrição e dos cortes, e não do investimento rentável. Ainda nesta mesma linha de raciocínio, os administradores e planejadores deveriam voltar-se para outras fontes de financiamento que estão fora dos Ministérios e Secretarias de Educação. No Brasil, existem inúmeros fundos educativos que, ou estão vinculados a outros Ministérios como, por exemplo, Planejamento, Interior, Trabalho, entre outros, ou ficam sob a responsabilidade de entidades comerciais, industriais ou fundações, os quais poderiam ser melhor canalizados em prol de uma política coerente de educação pública. Articular essas fontes, direcionando-as para um destino comum é mais um desafio a ser enfrentado.





SUMÁRIO

Apresentação	5
Psicologia Educacional: tentativa de delimitação do campo <i>Sérgio Vasconcelos de Luna</i>	7
O Cognitivismo no Brasil: tendências atuais e contribuições para a Educação <i>Anna Maria Bianchini Baeta</i>	16
O Cognitivismo no Brasil: tendências atuais e contribuições para a Educação <i>Fernando Becker</i>	25
Psicologia Social: contribuições à Educação <i>Iris Barbosa Goulart</i>	45
Políticas públicas em Educação e a produção de conhecimentos <i>Fúlvia Rosemberg</i>	54

PEDIDOS À SECRETARIA DE "EDUCAÇÃO EM REVISTA"